

**INSTRUMENTAIS DE SISTEMATIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS
REGIONAIS DO IDOSO**

I - DADOS SOBRE A CONFERÊNCIA REGIONAL;

Regional(is):

Data de Realização da Conferência:

Local de Realização da Conferência:

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	NOMINATA DOS MUNICÍPIOS	TOTAL NUMÉRICO
Municípios Presentes		
Municípios Ausentes		

NÚMERO DE PARTICIPANTES					NÚMERO DE PARTICIPANTES	
Setor da Sociedade Civil	Setor Público	Observadores	Convidados	Total	Menos de 60 anos	60 anos ou mais

➤ **TABELA BASE DE EIXOS E SUBTEMAS (a ser utilizada na sistematização dos BLOCOS I e II):**

EIXO	TEMA	Nº MATRIZ	SUBTEMA
Eixo 1	RENADI: compreensão e perspectivas	Matriz 1	1- RENADI: compreensão e perspectivas.

Eixo 2	RENADI: Avanços e Desafios	Matriz 2	2.1 - Ações para efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa/ Plano Nacional - pg 31 e 33.
		Matriz 2	2.2 - Violência e Maus Tratos contra a Pessoa Idosa/ Plano Nacional - pg 83 e 84.
		Matriz 2	2.3 - Saúde da Pessoa Idosa/ Plano Nacional – pg 61 a 64.
		Matriz 2	2.4 - Previdência Social da Pessoa Idosa/ Plano Nacional – pg 37 a 41.
		Matriz 2	2.5 - Assistência Social à Pessoa Idosa/ Plano Nacional - pg 70,71,72,73 e 77.
		Matriz 2	2.6 - Educação, Esporte, Cultura e Lazer para as Pessoas Idosas/ Plano Nacional - pg 51, 52, 53 e 56.
Eixo 3	RENADI: gestão, participação e controle democrático	Matriz 3	3 - Controle Democrático/ Plano Nacional - pg 89 e 90.
Eixo 4	RENADI: financiamento	Matriz 4	4 - Financiamento e Orçamento Público para efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa/ Plano Nacional - pg 47.

II - BLOCOS DE ANÁLISE DA CONFERÊNCIA REGIONAL COM RESPECTIVAS INDICAÇÕES DAS DELIBERAÇÕES DO “PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA”:

BLOCO I

Relatório de Avaliação e Monitoramento Regional da RENADI

Bloco I

Eixo: 1 – Tema: RENADI: compreensão e perspectivas

Matriz: 1

Subtema: 1- **RENADI: compreensão e perspectivas:**

Deliberação	Ações/projetos /programas implementados	Situação	Indicador de monitoramento da ação	Resultados alcançados ou previstos	Dificuldades apresentadas
- Organização, compreensão e perspectivas da RENADI: atuação pública (estado e sociedade) por meio da implementação de um conjunto articulado, orgânico e descentralizado de instrumentos, mecanismos, órgãos e ações para realizar todos os direitos fundamentais da pessoa idosa.					

Bloco I

Eixo: 2 – Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.1 - **Ações para efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa/** Plano Nacional - pg 32.

Deliberação	Ações/projetos/programas propostos	Situação (Realizados, não realizados, em fase de implantação)	Indicador de monitoramento da ação	Resultados alcançados ou previstos	Dificuldades apresentadas
- Realizar pesquisas sobre todas as dimensões do envelhecimento e da rede de serviços existentes.	-Realizar pesquisa mediante cooperação técnica.		- Número de pesquisas realizadas - Qualidade científica das pesquisas.		
- Criar e equipar centros integrados de proteção e defesa da pessoa idosa, compostas por ouvidorias, defensorias públicas, promotorias de	- Criar e equipar centros integrados de proteção e defesa da pessoa idosa.		-Número de centros criados e equipados. - Número de pessoas atendidas. - Qualidade dos serviços prestados.		

justiça, delegacias, juizados e varas especializadas.					
- Realizar capacitação permanente e contínua de pessoas que lidam com idosos, visando atendimento humanizado e consentâneo com os direitos e necessidades dessa população.	-Realizar capacitação de recursos humanos, mediante convênios de cooperação.		-Número de pessoas capacitadas. -Pessoas capacitadas em atividade. -Qualidade dos serviços prestados.		
- Adequar vias de circulação, edificações, habitações, sistemas de sinalização de trânsito, mobiliários e outros itens de uso individual ou coletivo às condições de acessibilidade dos idosos, de acordo com as normas técnicas da ABNT e as definições dos órgãos profissionais competentes. (proposta não incorporada (*))	- Promover ampla articulação, envolvendo órgãos públicos, Congresso Nacional, entidades profissionais, empresas privadas e outros atores vinculados às questões relativas a acessibilidade .		- sem definição		
- Sugerir aos poderes e setores competentes, políticas, programas e medidas legais, fiscais, técnicas e de outra natureza, capazes de promover o acesso e/ou aquisição de habitações dignas por parte da população idosa. (proposta não incorporada)	Promover ampla articulação, envolvendo órgãos públicos, Congresso Nacional, sistema financeiro e bancário e outros atores na questão da habitação.		- sem definição		

(*) **Propostas não Incorporadas** – aquelas que constam do Plano Nacional de Implementação das Deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, mas que não foram incorporadas como ações deliberadas e acompanhadas do citado Plano Nacional.

Bloco I

Eixo: 2 – Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Sutema: 2.2 - **Violência e Maus Tratos contra à Pessoa Idosa/** Plano Nacional - pg 85.

Deliberação	Ações/projetos/programas propostos	Situação (Realizados, não realizados, em fase de implantação)	Indicador de monitoramento da ação	Resultados alcançados ou previstos	Dificuldades apresentadas
- Promover campanhas educativas sobre violência contra pessoa idosa, incluindo a questão da segregação, infantilização e estigmatização.	- Duas campanhas nacionais, uma delas sobre valorização do idoso; - Campanha junto à sociedade e aos condutores e cobradores de transportes coletivos sobre o respeito às pessoas com mobilidade reduzida, no trânsito.		- Número de campanhas realizadas. - Público alcançado. - Mudança de comportamento do público destinatário das campanhas.		

- Divulgar o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa (15/07), incentivando a realização de eventos nos Estados e Municípios.	- Realizar caminhadas, espaços de valorização do idoso, de arte e cultura, audiências públicas e seminários.		- Número de eventos realizados. - Número de participantes dos eventos. - Efeitos observáveis dos eventos na mudança de comportamento.		
- Incentivar a elaboração e implementação dos	- Criar fóruns ou comissões estaduais e		- Número de fóruns ou comissões		

planos de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, nos estados e municípios.	municipais para implementação do Plano de Ação de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa.		criadas. - Redução do número de casos de violência.		
--	--	--	--	--	--

Bloco I

Eixo: 2 – Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.3 - **Saúde da Pessoa Idosa/** Plano Nacional - pg 65 e 66.

Deliberação	Ações/projetos/programas propostos	Situação (Realizados, não realizados, em fase de implantação)	Indicador de monitoramento da ação	Resultados alcançados ou previstos	Dificuldades apresentadas
<p>- Realizar capacitação de profissionais da saúde e agentes comunitários na área de envelhecimento humano par atender à população idosa em todos os níveis de atenção, incluindo atendimento hospitalar e identificação de casos de violência.</p> <p>- Estabelecer parcerias com instituições de ensino, incluindo estágios supervisionados, para atendimento e reabilitação da pessoa idosa.</p>	<p>- Programa Permanente de Educação à Distância na área de envelhecimento e saúde da pessoa idosa/início agosto 2007.</p> <p>- Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa;</p> <p>- Caderno de Atenção Básica em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa.</p> <p>- Oficina de elaboração do Curso de Formação de Cuidadores de Pessoas Idosas com</p>		<p>- N° de profissionais diplomados pela Escola Nacional de Saúde Pública ou congêneres Estaduais e Municipais.</p> <p>- N° de idosos que receberam a Caderneta de Saúde.</p> <p>- N° de equipes de saúde da família que receberam o Caderno de Atenção Básica.</p> <p>- N° de cuidadores formados.</p>		

	dependência.				
--	--------------	--	--	--	--

Deliberação	Ações/projetos/programas propostos	Situação (Realizados, não realizados, em fase de implantação)	Indicador de monitoramento da ação	Resultados alcançados ou previstos	Dificuldades apresentadas
- Concurso público, reestruturação do INSS, capacitação, modernização tecnológica, campanha educativa, ampliação do Prevmóvel e Prevcidade, convênios e parcerias, controle de espera na fila, revisão do modelo de atendimento, normas de concessão e de benefícios.	- Avaliação das Unidades de Atendimento do INSS. - reforma das agências de atendimento do INSS. - Qualificação de servidores em Gestão de Melhoria Contínua. -Modernização e expansão dos sistemas de informação do INSS. - Expansão do atendimento eletrônico via telefone/Internet.		- Unidades de Atendimento do INSS avaliadas/ Total de instituições. - Instituições Reformadas/ Total de instituições. - Servidores qualificados em melhoria de gestão/ Total de servidores. - % de execução física ou modernização do ambiente tecnológico. - Servidores capacitados em direito		

	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de servidores no reconhecimento de direitos previdenciários . - Orientação aos segurados sobre o reconhecimento de direitos previdenciários . - Serviço de Ouvidoria da Previdência Social. 		<ul style="list-style-type: none"> previdenciário; - Segurados capacitados sobre reconhecimento dos direitos previdenciários. 		
<ul style="list-style-type: none"> - Realização de concurso público para servidores de diversas carreiras do INSS. - Reestruturar e revitalizar o Serviço Social do INSS, ampliando o quadro de técnicos e garantindo ao segurado idoso, atendimento adequado às suas necessidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de GT (MPS/MDS) com o objetivo de propor a reestruturação do Serviço social no INSS. 		<ul style="list-style-type: none"> - sem definição 		
<ul style="list-style-type: none"> - Palestras, seminários, cursos, participação em eventos, distribuição de material, interação com meios de comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de servidores para atuar na área de disseminação. - Ações de promoção e conscientização. - Formação de disseminadores externos de informações previdenciárias . - Publicidade de Utilidade Pública. 		<ul style="list-style-type: none"> - Servidor capacitado. - Ações de promoção e conscientização realizadas/Pessoas atendidas. - Pessoas Treinadas. 		
<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de 	<ul style="list-style-type: none"> - Auditoria 		<ul style="list-style-type: none"> - sem 		

delegacias previdenciárias e forças tarefas integradas.	preventiva em rotinas, procedimentos e processos. - Recadastramento de beneficiários. - Estudo sobre modelos de preparação para aposentadoria existentes, viabilidade e formas de implementação no RGPS.		definição		
---	--	--	-----------	--	--

(*) **Propostas não Incorporadas** – aquelas que constam do Plano Nacional de Implementação das Deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, mas que não foram incorporadas como ações deliberadas e acompanhadas do citado Plano Nacional.

Bloco I

Eixo: 2 – Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.4 - **Previdência Social da Pessoa Idosa/** Plano Nacional – pg 40.

- Fomentar e garantir a realização de pesquisas na área de envelhecimento, e para traçar perfil epidemiológico e diagnóstico sócio-familiar como estratégia para planejamento e avaliação das ações em todas as esferas de governo.	- Realizar pesquisa mediante cooperação técnica.		- Pesquisas e/ou estudos realizados. - Qualidade científica das pesquisas e estudos. - Socialização dos dados. - Incorporação das pesquisas e estudos na avaliação, planejamento e execução de ações.		
- Garantir fiscalização da Vigilância Sanitária nas ILPIs.	- Proporção de instituições de longa permanência		- sem definição		

	para idosos, inspecionadas				
- Criar e/ou melhorar ILPIs para o abrigo da pessoa idosa dependente e em situação de vulnerabilidade.	- Elaboração de Plano Nacional de Atenção à Saúde da População Idosa residente em ILPIs.		- sem definição		
- Cadastrar por município toda a população idosa para garantir o atendimento em base territorial; garantir atendimento da ESF com formulário específico para a pessoa idosa.	-Elaboração de Curso de Formação de Cuidadores de Pessoas Idosas com dependência; - Elaboração do Guia do Cuidador. - Revisão da Portaria Interministerial 5153/99.		- N° de cuidadores formados.		
- Implantar programas preventivos e garantir tratamento na área da saúde mental, reabilitação, diabetes, hipertensão e agravos (quedas e violência), saúde bucal, doenças neurodegenerativas, dependência química, medicina natural e práticas integrativas. - Ampliar a cobertura do programa de vacinação anual. - Ampliação da concessão de órtese e prótese. - Programa de humanização na rede hospitalar.	- Campanha de Vacinação/2007.		- Percentual da população idosa vacinada.		

<p>- Aperfeiçoar e monitorar PPI, informatizar o SUS (agendamento de consultas, etc);</p> <p>- Implementar a rede de serviços de média e alta complexidade na saúde;</p> <p>-Ampliação do número de consultas e exames especializados no SUS;</p> <p>- Incorporar nos sistemas de informação indicadores gerados pela Caderneta.</p> <p>- Implementar gradualmente e avaliar o impacto da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa.</p>			- sem definição		
<p>- Realização de campanhas de orientação sobre auto medicação e de uso racional de medicamentos;</p> <p>- Ampliar e garantir o acesso a medicamento de uso contínuo, alimentação especial e da cesta básica do SUS;</p> <p>- Desburocratização do acesso a medicamentos de alto custo.</p>	- Capacitação de profissionais.		- sem definição		
<p>- Garantir atendimento domiciliar pós-internação quando necessário.</p>	- Portaria nº 2529/2006 sobre Internação Domiciliar.		- sem definição		
<p>- Criar residência temporária para idosos em situação de alta hospitalar e de vulnerabilidade,</p>					

<p>com serviço de reabilitação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Firmar e ampliar convênios entre as três esferas de governo com instituições filantrópicas; - Fomentar a criação de cursos de gerontologia nas universidades públicas e privadas; - Garantir concurso público para a contratação de gerontólogos e geriatras. <p>(propostas não incorporadas (*))</p>					
<p>- Criar equipe móvel interdisciplinar específica do idoso.</p> <p>(proposta não incorporada)</p>	<p>- Razão: O Ministério da Saúde não apóia essa proposta por já existir o “Serviço de Atendimento Móvel de Urgência”</p>				

Obs: Nove propostas não foram incorporadas ao Plano Nacional, vê-las e as razões da não incorporação no Plano Nacional.

Bloco I

Eixo: 2 – Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.5 - **Assistência Social à Pessoa Idosa/** Plano Nacional - pg 74,75 e 76.

Deliberação	Ações/projet	Situação	Indicador	Resultados	Dificuldades
-------------	--------------	----------	-----------	------------	--------------

	os/programas propostos	(Realizados, não realizados, em fase de implantação)	de monitoramento da ação	alcançados ou previstos	apresentadas
- Ampliar o acesso da pessoa idosa ao BPC, através de campanha de divulgação e informação sobre as formas de concessão, com ênfase ao idoso rural	<p>- Ampliação do número de idosos a beneficiários do BPC.</p> <p>- Promoção de divulgação sobre formas de acesso ao BPC de idosos integrantes de famílias demandantes ou acompanhadas pelo CRAS (inclusive CRAS Quilombolas) e CREAS, bem como atendidos em serviços de proteção social especial (abrigos, casa lar, centros dia).</p> <p>- Divulgar a cartilha: “Conheça mais sobre o BPC”, adotando estratégias articuladas com outros órgãos.</p>		- Percentual de crescimento da quantidade de beneficiários idosos do BPC.		
- Implantar Programa de Apoio e Estímulo à Convivência Familiar, com ações nas áreas sócio-educativa, cultural e de lazer, bem como	- Qualificar a proteção social ao idoso, por meio da publicação do “Guia de Proteção Social		- Quantidade de Guias distribuídos. - Nº de projetos de inclusão produtiva co-financiados.		

com complementação de renda, para permitir a manutenção de idosos dependentes e semi-dependentes nas suas famílias.	Básica”. - Co-financiamento de projetos de inclusão produtiva destinados a famílias com idosos dependentes e semi-dependentes.		- N° de famílias de dependentes e semi-dependentes idosos atendidas. - Quantitativo de recurso destinado aos projetos em questão.		
-Articulação e integração das políticas setoriais.	- Instituição de GT Interministerial (MDS/MS) para elaboração do Plano Nacional Integrado de Ações de Proteção à Pessoa Idosa – SUAS/SUS. - Realização de agenda e ações conjuntas com o Ministério da Saúde e Secretaria Especial de Direitos Humanos.		- Planos elaborados. - N° de cursos e seminários planejados e realizados conjuntamente .		
- Garantir financiamento para criação, manutenção e qualificação dos serviços disponibilizados pelos abrigos que compõem a rede.	- Fortalecimento da política e co-financiamento de projetos para melhoria da estrutura de funcionamento dos abrigos.		- N° de projetos co-financiados para melhoria das instalações.		
- Criar, integrar ou revitalizar, nos municípios, a Rede de Proteção, Promoção e Defesa do Idoso, observando as	- Expansão dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), para promoção de		- sem definição.		

<p>realidades locais diagnosticadas de violação de direitos e de maus-tratos.</p>	<p>ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a cobertura dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, incluindo serviço de atendimento às famílias com situação de violência contra pessoa idosa. - Atuação articulada entre CREAS e Centros de Prevenção à Violência (SEDH) - Desenvolvimento de ações integradas, no âmbito dos serviços de proteção social básica (caráter preventivo/educativo) e proteção social especial (abrigos, casas lar, etc). 				
<p>- Criar, revitalizar e Integrar a Rede de Proteção, Promoção e Defesa do Idoso, definindo, conceituando e regulando os serviços que a compõem.</p>	<p>- Realização de pesquisa para obtenção de diagnóstico dos Centros Dia.</p> <p>- Apropriação das pesquisas e diagnósticos já realizados</p>		<p>- sem definição.</p>		

	<p>para regulação dos serviços.</p> <p>-Efetivar cooperações técnicas para maior conhecimento dos serviços.</p> <p>- Consolidar a RedeSUAS como Sistema de Informação da Assistência Social.</p>				
- Instituição de programas periódicos de capacitação e reciclagem de Recursos Humanos para atuarem junto ao idoso.	- Capacitação de cuidadores de idosos e administradores de ILPIs.		- sem definição.		
- Redução da Idade; aumento da renda percapita pra ½ s.m; não computar no cálculo da renda percapita benefícios assistenciais e previdenciários de até 1 s.m. (propostas não incorporadas) – (*)	- Razão: Dependem de mudanças de lei e aprovação no Congresso Nacional.				
- Elaboração das propostas orçamentárias de cada órgão, visando o financiamento dos programas e ações de atendimento a idosos, num percentual mínimo de 1%. (Proposta não incorporada)	- Razões: - Não cabe a definição de percentual de gasto específico apenas para o idoso, pois o SUAS busca tratar a família de forma integrada. - Neste sentido, o idoso pode ser beneficiado com ações que envolvam toda				

	a família, inclusive com gastos superiores a 1%. (outras razões ver no Plano Nacional)				
--	--	--	--	--	--

(*) **Propostas não Incorporadas** – aquelas que constam do Plano Nacional de Implementação das Deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, mas que não foram incorporadas como ações deliberadas e acompanhadas do citado Plano Nacional.

Bloco I

Eixo: 2 - Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.6 - **Educação, Esporte, Cultura e Lazer para as Pessoas Idosas/** Plano Nacional - pg 55.

Deliberação	Ações/projetos/programas propostos	Situação (Realizados, não realizados, em fase de implantação)	Indicador de monitoramento da ação	Resultados alcançados ou previstos	Dificuldades apresentadas
- Garantir a universalização do acesso das pessoas idosas a práticas esportivas e de lazer, adequando espaços públicos e construindo novos.	- Ações articuladas com parlamentares que indiquem emendas para a construção e/ou reforma de espaços para atividades esportivas recreativas e de lazer. - Funcionamento de Núcleos interdisciplinar		- N° de núcleos implantados. - N° de pessoas beneficiadas (todos os segmentos). - N° de idosos inscritos (com perspectiva de idosos beneficiados)		

	es de esporte recreativo e de lazer – ações intergeracionais. - Desenvolvimento de atividades esportivas e recreativas para a terceira idade – Projeto Vida Saudável.				
- Promover os Jogos de Integração dos Idosos (em nível nacional)	- Realização dos Jogos Nacionais da Pessoa Idosa		- sem definição		
- Criação de incentivos fiscais para apoio e financiamento na área de esporte e lazer para a pessoa idosa.	- Lei de Incentivo ao Esporte – incentivo e benefício ao fomento de atividades de caráter esportivo.		- sem definição		
- Realizar pesquisas regionais visando o fomento da diversidade e riqueza das tradições culturais e esportivas da pessoa idosa, com atenção às comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e rurais.	- Chamada pública para apoio a pesquisas no campo de esporte recreativo e do lazer, dando-se atenção, também, à demanda de pesquisas nesta área.		- Núcleos de pesquisa em andamento.		
- Fomentar a implantação dos Conselhos de Esporte e Lazer, fortalecendo a importância da representação do segmento idoso.	- Campanha junto às entidades públicas (municipais), conveniadas com o Ministério do Esporte – Programa Esporte e Lazer Cidade.		- sem definição		

<p>- Promover e garantir, nas redes municipal, estadual e federal, o acesso facilitado da pessoa idosa ao ensino, em todos os níveis e modalidades.</p>	<p>- Fomentar o atendimento ao idoso no Programa Brasil Alfabetizado: abertura de turmas em espaços diversos; garantia de fornecimento de óculos a todos os alfabetizados. - Sensibilizar as Universidades da Terceira Idade para a ampliação das redes de serviço – Estado e Municípios – para fomentar o acesso da pessoa idosa.</p>		<p>- Total de idosos com mais de 60 anos atendidos no Programa Brasil Alfabetizado/ Meta: 200.000 pessoas idosas. - Encontros com as Universidades da Terceira Idade.</p>		
<p>- Inserção transversal da temática do envelhecimento nos parâmetros curriculares.</p>	<p>- Sensibilizar as IFES para a inclusão do tema do envelhecimento nas propostas temáticas dos cursos afins. - Inclusão das temáticas sobre o envelhecimento da população nas diretrizes do Programa Brasil Alfabetizado, no que se refere à formação do alfabetizador.</p>		<p>- Produção de Material para formação de alfabetizadores e inclusão de temas sobre o envelhecimento nas IFES.</p>		
<p>- Criar, nos estados e municípios, centros de educação</p>	<p>- Promover debates nas instâncias do</p>				

<p>continuada para a população idosa (proposta não incorporada) (*)</p>	<p>legislativo e executivo para instruir quanto à necessidade desses Centros, pois requerem planejamento orçamentário e estratégico para sua criação.</p>				
<p>Criar, nas instituições de Ensino Superior, privadas e públicas, cursos de extensão e pós-graduação lato e strictu sensu em gerontologia. - Criar, nos estados e municípios, Núcleos e Projetos de Extensão em parceria com Universidades Abertas e demais instituições. (propostas não incorporadas)</p>	<p>- Sensibilizar e instruir, por meio de eventos organizados com essa finalidade, quanto à necessidade e importância de capacitar os atores sociais, especialmente, profissionais e gestores, vocacionados para atendimento da pessoa idosa.</p>				
<p>- regulamentar, em todo o território nacional, e por meio do DETRAN, inclusão do tema “O idoso e o trânsito”, nos cursos para condutores. (proposta não incorporada)</p>	<p>- Matéria de competência do Ministério dos Transportes.</p>				
<p>- Criar incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que se engajarem, apoiarem e financiarem iniciativas na área de educação. (proposta não incorporada)</p>	<p>- Matéria de competência dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.</p>				

(*) **Propostas não Incorporadas** – aquelas que constam do Plano Nacional de Implementação das Deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, mas que não foram incorporadas como ações deliberadas e acompanhadas do citado Plano Nacional.

Bloco I

Eixo: 3 - Tema: RENADI: Gestão, participação e controle democrático.

Matriz: 3

Subtema: 3 - **Controle Democrático**/ Plano Nacional - pg 89 e 90 .

Deliberação	Ações/projetos/programas implementados	Situação (Realizados, não realizados, em fase de implantação)	Indicador de monitoramento da ação	Resultados alcançados ou previstos	Dificuldades apresentadas
- Incentivar a interação e a comunicação entre conselhos e outras entidades de idosos, mediante, entre outras formas, a criação de página nacional, com vistas ao intercâmbio de conhecimentos, experiências, informações úteis, hábitos de vida saudável e outros temas de interesse da pessoa idosa.	- Implementar Site do CNDI. - Criar um Banco de Dados.		- Site instalado e ativo. - Banco de dados operante		
- Implantar, implementar e/ou reativar e fortalecer os Conselhos de Direitos do Idoso, dotando-os dos recursos financeiros e de infra-estrutura necessários ao exercício das atribuições estabelecidas nas leis nº 8.842/94 e	- Atuação conjunta do SEDH e do CNDI para implantação e fortalecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais do Idoso.		- Nº de conselhos implantados e/ou reativados. - Conselhos ativos,		

10.741/2003.					
- Reafirmar o acompanhamento, controle e monitoramento pelos conselhos da política executada pelos órgãos gestores e instituições governamentais e não governamentais e das deliberações das conferências.	- Elaborar o plano para implementação das deliberações da Conferência. - Estruturar sistema de monitoramento. - Criar comissões estaduais para acompanhamento.		-Relatórios de acompanhamento e monitoramento.		
- Criar, no CNDI, um cadastro geral de conselhos de políticas e de defesa dos direitos do idoso.	- Levantamento dos Conselhos Existentes.		- Nº de Conselhos cadastrados.		

Bloco I

Eixo: 4 – Tema: RENADI: financiamento

Matriz: 4

Subtema: 4 - **Financiamento e Orçamento Público para efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa/** Plano Nacional pg. 47.

Deliberação	Ações/projetos/programas implementados	Situação (Realizados, não realizados, em fase de implantação)	Indicador de monitoramento da ação	Resultados alcançados ou previstos	Dificuldades apresentadas
- Criação de Fundo para a Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.	- Projeto de Lei SEDH/Casa Civil.		- sem definição		
- 5% do Orçamento da Seguridade Social par atender Art.19 do Estatuto.	- Revisão orçamentária – SEDH-MPO		- sem definição		

- Qualificação de Profissionais com recursos do FAT.	- Projeto de Cooperação Técnica – SEDH/MTE		- sem definição		
- Sistema de Informações para monitoramento e controle.	- Oficina de Trabalho - SEDH		- sem definição		
- Recursos para ILPIs com aumento de valores de pisos e metas.	- II Simpósio Nacional das ILPIs - SEDH		- sem definição		
- Instalação de Centros de Referência do Idoso	- Projeto de implantação dos Centros.		- sem definição		
- Participação dos Conselhos do Idoso na aprovação dos orçamentos e das políticas.	- Resolução do CNDI.		- sem definição		
- Recursos financeiros para campanhas e publicações.	- Campanhas Educativas.		- sem definição		
Propostas não incorporadas ao Plano Nacional e razões:					
- Percentual de arrecadação de impostos para a assistência social	- Apresentar Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para o Poder Legislativo.				
- Percentual de arrecadação das Loterias para o Fundo Nacional dos Direitos do Idoso.	- Apresentar Projeto de Lei (PL) para o Poder Legislativo.				
- Recursos orçamentários de custeio e investimento para OG e ONG.	- Realizar negociações junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e elaborar proposta de Projeto de revitalização das instituições.				
- Criar incentivos	- Realizar				

fiscais e/ou políticos de contribuições.	negociações junto ao MDS e elaborar proposta de Projeto de revitalização das instituições.				
- Propor ações do governo no Site do MPO sobre a política do Idoso	- Negociação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPO)				
- Incluir no orçamento do SUS recursos para aquisição de medicamentos controlados.	- Negociação com o Ministério da Saúde.				
- Recursos orçamentários para infra-estrutura física dos Conselhos.	- Negociação com o MPO.				
- Aumentar de 3% para 10% o previsto no art. 38 do Estatuto.	- Apresentar Projeto de Lei (PL) para o Poder Legislativo.				
- Recursos orçamentários para participação dos delegados nas Conferências.	- Negociação dos Conselhos com os órgãos dos governos responsáveis, nas três esferas.				
- Isentar de tributos os serviços autônomos prestados por idosos.	- Apresentar Projeto de Lei (PL) para o Poder Legislativo.				
- Propor a inclusão de 01 representante de Conselhos do Idoso, nos Tribunais de Contas das três esferas.	- Apresentar Projeto de Lei (PL) para o Poder Legislativo.				
- Financiamento do SUAS, nas ações de proteção básica e especial.	- Negociação com o MDS.				
- Programas de	- Elaborar				

capacitação para elaboração e execução de projetos na área do idoso.	Termo de Referência.				
- Recursos da Seguridade Social para as políticas de saúde, previdência e assistência do idoso.	- Apresentar Projeto de Lei (PL) para o Poder Legislativo.				

➤ **OBSERVAÇÕES:**

1) As deliberações, ações e indicadores foram retirados do “*Plano Nacional de Implementação das Deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa*”, para que os municípios possam avaliá-las no seu âmbito, contribuindo para a posterior avaliação regionalizada (à medida que o Plano Nacional não está disponível na forma “on-line”, somente de forma impressa);

2) Caso algum município tenha o seu próprio “Plano Municipal de Deliberações sobre os Direitos da Pessoa Idosa” deve se basear nas deliberações e ações que propôs.

3) No Site da SST apresentamos também o “Plano Estadual de Implementação das Deliberações da I Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa”, que também deve servir como material de avaliação, naquelas ações em que houve também deliberação estadual.

➤ **ORIENTAÇÃO:** sugerimos que os municípios analisem previamente as ações deliberadas pelo Plano Nacional e Estadual antes de participarem da Conferência Regional, convertendo o foco das avaliações destas ações para o seu âmbito municipal e para o âmbito estadual, à medida que muitas ações podem estar sendo executadas no âmbito municipal, mesmo não estando sendo operacionalizadas nos âmbitos estadual e federal.

BLOCO II

Relatório do Estabelecimento de Prioridades com Base na Avaliação e Monitoramento Regional da RENADI efetuada no Bloco I

Bloco II

Eixo 1 – Tema: RENADI: compreensão e perspectivas.

Matriz: 1

Subtema: 1- **RENADI: compreensão e perspectivas:**

Deliberações priorizadas para o triênio 2008/2010	Ações/projetos/programas propostos
Prioridade 1	
Prioridade 2	
Prioridade 3	
Prioridade 4	
Prioridade 5	

Eixo 2 - Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.1 - **Ações para efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa/** Plano Nacional - pg 31 e 33.

Deliberações priorizadas para o triênio 2008/2010	Ações/projetos/programas propostos
Prioridade 1	
Prioridade 2	
Prioridade 3	
Prioridade 4	
Prioridade 5	

Eixo 2 – Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.2 - **Violência e Maus Tratos contra a Pessoa Idosa/** Plano Nacional - pg 83 e 84.

Deliberações priorizadas para o triênio 2008/2010	Ações/projetos/programas propostos
Prioridade 1	
Prioridade 2	
Prioridade 3	
Prioridade 4	
Prioridade 5	

Eixo 2 – Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.3 - **Saúde da Pessoa Idosa/** Plano Nacional – pg 61 a 64.

Deliberações priorizadas para o triênio 2008/2010	Ações/projetos/programas propostos
Prioridade 1	
Prioridade 2	
Prioridade 3	
Prioridade 4	
Prioridade 5	

Eixo 2- Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.4 - **Previdência Social da Pessoa Idosa/** Plano Nacional – pg 37 a 41.

Deliberações priorizadas para o triênio 2008/2010	Ações/projetos/programas propostos
Prioridade 1	
Prioridade 2	
Prioridade 3	
Prioridade 4	
Prioridade 5	

Eixo 2

Tema: 2 - RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.5 - **Assistência Social a Pessoa Idosa/** Plano Nacional - pg 70,71,72,73 e 77.

Deliberações priorizadas para o triênio 2008/2010	Ações/projetos/programas propostos
Prioridade 1	
Prioridade 2	
Prioridade 3	
Prioridade 4	
Prioridade 5	

Eixo 2 – Tema: RENADI: Avanços e Desafios

Matriz: 2

Subtema: 2.6 - **Educação, Esporte, Cultura e Lazer para as Pessoas Idosas/** Plano Nacional - pg 51,52,53 e 56.

Eixo 3 – Tema: RENADI: gestão, participação e controle democrático

Deliberações priorizadas para o triênio 2008/2010	Ações/projetos/programas propostos
Prioridade 1	
Prioridade 2	
Prioridade 3	
Prioridade 4	
Prioridade 5	

Matriz: 3

Subtema: 3 - **Controle Democrático/** Plano Nacional - pg 89 e 90.

Deliberações priorizadas para o triênio 2008/2010	Ações/projetos/programas propostos
Prioridade 1	
Prioridade 2	
Prioridade 3	
Prioridade 4	
Prioridade 5	

Eixo 4 –Tema: RENADI: financiamento

Matriz: 4

Subtema: 4 - **Financiamento e Orçamento Público para efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa/** Plano Nacional - pg 47.

Deliberações priorizadas para o triênio 2008/2010	Ações/projetos/programas propostos
Prioridade 1	
Prioridade 2	
Prioridade 3	
Prioridade 4	
Prioridade 5	

SOLICITAÇÃO: a Comissão de Relatoria solicita que no preenchimento do Relatório dos Blocos I e II, ao final da Conferência Regional, sejam mantidas apenas as ações avaliadas (Bloco I) e as prioridades estabelecidas (Bloco II), eliminadas as ações que não puderam ser avaliadas por dizerem respeito a outros entes federados, dependerem de intervenção de terceiros ou para as quais não havia subsídios que permitissem a avaliação. Desta forma se terá um relatório enxuto e que demonstre a efetiva avaliação da RENADI, e as prioridades sugeridas decorrentes, de acordo com a realidade regional.

III – RELAÇÃO DE DELEGADOS REGIONAIS PARA A II CONFERÊNCIA ESTADUAL:

DELEGADOS REGIONAIS TITULARES DA SOCIEDADE CIVIL

Nome	Órgão	Função	Categoria	Telefone/Email	Idade	
			Delegado Sociedade Civil		Menos de 60 anos	60 anos ou mais

DELEGADOS REGIONAIS TITULARES DO SETOR PÚBLICO						
Nome	Órgão	Função	Categoria	Telefone/Email	Idade	
			Delegado Sociedade Civil		Menos de 60 anos	60 anos ou mais

DELEGADOS REGIONAIS SUPLENTE DA SOCIEDADE CIVIL							
Ordem de Suplência	Nome	Órgão	Função	Categoria	Telefone/Email	Idade	
				Delegado Sociedade Civil		Menos de 60 anos	60 anos ou mais
1ª S.				X			
2ª S.				X			
3ª S.				X			

DELEGADOS REGIONAIS SUPLENTE DO SETOR PÚBLICO							
Ordem de Suplência	Nome	Órgão	Função	Categoria		Idade	
				Delegado Setor Público	Telefone/Email	Menos de 60 anos	60 anos ou mais
1ª S.				X			
2ª S.				X			
3ª S.				X			

Obs: À medida que a suplência corresponde a 50% de delegados titulares de cada segmento de representação, solicita-se que os nomes sejam apresentados por ordem de suplência, no caso de vacância da vaga de titularidade, por segmento representado: setor da sociedade civil e setor público (conforme exemplificado nas tabelas). Desta forma, no caso de impossibilidade de participação na II Conferência Estadual de delegados titulares, os suplentes serão chamados de acordo com a ordem de suplência.

PARTICIPANTES/OBSERVADORES							
Nome	Órgão	Função	Categoria		Telefone/Email I	Idade	
			Participante/Observador			Menos de 60 anos	60 anos ou mais
			Sociedade Civil	Setor Público			

IV – COMISSÃO ORGANIZADORA REGIONAL:

NOME	REPRESENTAÇÃO	CONTATO

II Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa